



Universidade da Amazônia

Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão

SIEGEP- Sistema de Informações Para Gestão e Planejamento

Desenvolvimento Econômico: Uma Nota Sobre a Tese da Sustentabilidade

(*) José Stênio Sousa

INTRÓITO

A questão inicial é o que se define por desenvolvimento no contexto da Ciência Econômica.

A Ciência Econômica, em última instância, enxerga as relações sociais de produção como seu objeto de investigação, em especial, a lógica das relações de produção capitalista.

Antes, se impõe a explicação de que o desenvolvimento econômico é uma preocupação da Economia Política, e vários são os autores que tratam da questão, tais como Albert Hirschman, Gunnar Myrdal, Arthur Lewis, J. Schumpeter, Rosenstein-Rodan, Ragnar Nurke, e outros.

Assim, a literatura sobre a matéria é volumosa, e o marcante está no fato de que na perspectiva da Ciência Econômica, "...já a muito não se confunde crescimento com desenvolvimento econômico..." (Costa, José Marcelino, 1997).

Por crescimento econômico se entende o processo de expansão da capacidade de produção da economia, mensurado pela magnitude do produto interno bruto.

Em sentido geral, mesmo com os vários aspectos em termos de vulnerabilidade conceitual, o produto interno bruto ainda é um indicador econômico significativo quando se trata do diferencial entre as economias desenvolvidas e subdesenvolvidas, entre economias industriais desenvolvidas e economias atrasadas industrialmente.

Por outro lado, ainda que crescimento econômico não possa ser visto como sinônimo de desenvolvimento econômico, definitivamente é uma condição necessária e determinante para o desenvolvimento em uma formação social capitalista.

Assim, se faz urgente, que a cada momento histórico, maior seja a capacidade de produção instalada, em especial, pela necessidade de criação de emprego e renda.

Neste sentido, desenvolvimento econômico se define como o processo de expansão econômica pontuado pela equidade social.

O desenvolvimento econômico, assim se manifesta em uma formação social, precisamente quando:

- a) a pobreza e a miséria não sejam uma rotina para os indivíduos sociais, tal que a linha da vida se situe em um patamar muito elevado;
- b) o acesso a educação não se constitua em privilégio de uma minoria na sociedade;
- c) a saúde não seja um indicador significativo de exclusão social;
- d) a prostituição infantil não seja o meio para a sobrevivência;
- e) o acesso a moradia seja o contraponto da explosão de invasões de terras nas áreas urbanas;
- f) a terra, mais do que instrumento de especulação imobiliária, seja meio de produção determinante para a subsistência e reprodução familiar;
- g) o meio ambiente não se constitua em custo, mas potencial de recursos produtivos; e
- g) finalmente, quando a cidadania seja um exercício de direito e de fato.

Outro aspecto fundamental, é que a leitura do desenvolvimento econômico, aqui se faz no contexto do desenvolvimento capitalista.

Portanto, a lógica do desenvolvimento econômico é a lógica do processo de acumulação do capital.

Assim, a relação homem e natureza, mais do que o ato de apropriação da natureza enquanto meios materiais para a subsistência e reprodução do indivíduo social, é o processo de criar e multiplicar a riqueza no sentido capitalista.

Neste contexto, não é suficiente que a natureza se realize enquanto objetos úteis ao atendimento das necessidades de consumo pessoal e produtivo do homem, mas que obrigatoriamente se materialize como riqueza econômica capitalista.

UM NOVO PARADIGMA

A Ciência Econômica, efetivamente tem na investigação das relações sociais de produção, o seu objeto de estudo.

O estudo da dinâmica das relações de produção, impõe à Ciência Econômica, a necessidade de construir categorias teóricas, caso contrário parece impossível estabelecer relações de causa e efeito na leitura do fenômeno do desenvolvimento econômico.

A praxis do projeto econômico de desenvolvimento capitalista – e não necessariamente só o capitalismo – sinaliza uma conjuntura pontuada por indicadores sociais e econômicos que comprometem a qualidade de vida do homem nos tempos modernos.

Os registros oficiais indicam que o mundo parece um estado de caos, seja em economias industriais desenvolvidas, seja nas economias subdesenvolvidas da periferia do capitalismo.

O fenômeno da exclusão social está espalhado pelo mundo, é o sinal dos tempos.

A linha da vida a cada momento histórico está sendo rebaixada, precisamente pelo fato de que a população de indigentes aumenta espantosamente.

O RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, conforme estudos da ONU,, em especial o PNUd (Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas), sinaliza desde 24.05.1990 (lançado em Londres) com novas preocupações, em relação ao projeto econômico de desenvolvimento das economias nacionais.

O homem, a muito, tem sido posto em segundo plano, e mesmo diante de tantos indicadores de modernidade, a pobreza e a miséria se espalham pelo mundo.

Que modernidade é esta? Modernidade porquê e para quem?

A agressão ao meio ambiente parece confirmar a tese de que “os meios justificam os fins”.

O primeiro “Relatório de Desenvolvimento Humano” , em 1991, já apontava como conclusivo, o fato de que “...é a falta de coragem política para tomar decisões difíceis, mais do que a insuficiência de recursos financeiros, que é responsável pelo estado atual de negligência humana...”(PNUd, ONU), notadamente negligência a população dos excluídos.

Essa nova leitura da performance das economias nacionais pela ONU, em função do PNUd, resultou na construção de um indicador econômico que não cuida só da contabilidade pela ótica do produto interno bruto(PIB).

Assim, se explica a origem do Índice de Desenvolvimento Humano(IDH), uma proposta metodológica que resgata a importância do homem enquanto objeto e objetivo da expansão econômica.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) trata de mensurar a longevidade, o conhecimento e o padrão de vida dos indivíduos sociais, e neste contexto “...compreende (1) o logaritmo do produto interno bruto(PIB) por habitante, calculado com base no poder real de compra, não em taxas de câmbio, até o nível da linha internacional de

pobreza; (2) a taxa de alfabetização (anos de escolaridade); e (3) a expectativa de vida ao nascer..." (PNUd, ONU).

Os números, hoje, indicam que o relatório estava correto, tamanha é a dimensão dos problemas sociais que assolam a humanidade, em especial o povo brasileiro, conforme abaixo ilustrado.

Brasil em função do IDH

País	Posição
Chile	30 ^a
Argentina	36 ^a
Uruguai	37 ^a
Venezuela	47 ^a
Colômbia	51 ^a
Brasil	67 ^a

Fonte: PNUd - ONU

Escolaridade - IDH

País	Nível superior
Argentina	39,9 %
Peru	33,1 %
Brasil	11,3 %

Fonte: PNUd - ONU

O Brasil que está posicionado como oitava potência econômica mundial, possui um produto per capita 50,0% menor que a Argentina.

Por outro lado, a média escolar na Argentina é de 9(nove) anos, quase o dobro do Brasil, que é de 5(cinco) anos.

O que assusta, efetivamente, é o fato de que dos 94,7 milhões de brasileiros habilitados ao voto, cerca de 34 milhões são analfabetos ou apenas escrevem o seu nome.

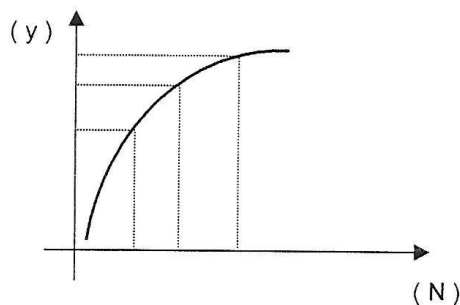
Em termos mais gerais, os indicadores sinalizam que a economia brasileira cresceu no período de 1980 a 1992, a taxa média anual de 1,25%, enquanto a renda per capita no país caiu em 7,6 % no mesmo período.

O projeto econômico, ao longo da história, parece se fundar no princípio do programa de pesquisa clássico/neoclássico, em que a produção é função dos estoques de recursos disponíveis, e pontuada pela perfeita substituição dos fatores de produção, isto é,

$$Y = f (K, RN, L, \lambda),$$

tal que (K) corresponde ao capital, (RN) os recursos naturais, (L) a força-de-trabalho, e (λ) a tecnologia disponível em cada momento histórico.

Assim, a expansão da capacidade de produção é uma função direta e crescente do estoque de recursos disponível, de modo que maior o nível de emprego da economia, maior a capacidade de produção instalada(fig.001).



Neste contexto, a incorporação de recursos naturais se constituiu em um caminho natural, e "...como a preocupação fundamental está centrada na produção, a degradação e exaustão dos recursos naturais só é considerada com ganho à economia, nenhuma perda é imputada..." (MOTTA, Ronaldo, 1997) ao meio ambiente, à qualidade de vida.

A urbanização em perfeita relação de correspondência com a industrialização impõe maior importância ao uso do estoque de recursos naturais, impactando impietosamente a base natural da economia, "...seja pela utilização acelerada de recursos naturais exauríveis nos processos produtivos, seja devido à geração de poluição que degrada a qualidade ambiental..." (MOTTA, Ronaldo, 1997) e escasseia as condições objetivas de sobrevivência do homem.

Por outro lado, não se pode perder de vista que "...a capacidade de suporte da Terra é considerada primordial para definir os limites do impacto das atividades humanas em uma escala julgada ecologicamente sustentável..." (MAY, Peter H., 1996), caso contrário, a disponibilidade de recursos naturais pode estrangular o próprio crescimento econômico.

Diante deste quadro, parece certo que "...a crescente queima de combustíveis fósseis e biomassa, contribuindo assim para a poluição do ar e doenças respiratórias, danos em florestas e plantações, e para o efeito-estufa: a poluição de rios pela deposição de dejetos químicos e esgoto não tratado em um nível superior à sua capacidade de absorção, contaminando reservas de águas potável e a vida aquática; e a gradual inserção da agricultura mecanizada e pastagens intensivas em florestas nativas, exacerbando a erosão do solo, desequilibrando a balança hidrológica e ameaçando a diversidade animal e vegetal..." (MAY, Peter H., 1996) no mínimo deve ser objeto de reflexão no contexto do projeto econômico de desenvolvimento das economias, neste momento histórico.

E que não seja uma questão de moda.

E que deixe de ser um chavão obrigatório do em voga politicamente correto, muito comum nas propostas dos que se utilizam do poder público.

Parece reconhecida a tese de que a perfeita substituição dos fatores de produção entre si, não dá sustentabilidade ao processo de crescimento econômico, de tal modo que "...o crescimento sustentável só se daria se o nível de estoque de capital natural fosse mantido constante..." (MOTTA, Ronaldo Serôa, 1996), tal que na fronteira econômica, o meio ambiente é ponto de ruptura do modelo ortodoxo de desenvolvimento.

O paradigma do desenvolvimento sustentável parece que caminha a passos largos enquanto novo caminho para a construção do edifício social capitalista, inclusive pesquisadores como Olsen, Lodwick e Dunlap, em seus trabalhos, "...asseveram que o paradigma ecológico social, embora ainda não dominante, está emergindo como dominante, em detrimento do paradigma tecnológico social..." (COSTA, José Marcelino da, 1997).

O paradigma portanto, é o paradigma do DESENVOLVIMENTO HUMANO SUSTENTÁVEL, e neste sentido, na perspectiva do PNUd, é o comprometimento com a "...ampliação das opções para todas as pessoas de uma sociedade. Isto significa que homens e mulheres, particularmente pobres e excluídos, estão no centro do processo de desenvolvimento. Também significa proteção das oportunidades de vida das futuras gerações, e os sistemas naturais dos que dele dependem a vida em sua totalidade..."(PNUd, 1991).

Isto é, o novo paradigma enfatiza que "o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades..." (COSTA, José Marcelino da, 1997).

E seria esta a proposta do capital?

A partir deste contexto, é importante a tese do professor Ignacy Sachs de que do ponto de vista da história do capital, "...as revoluções industriais foram sucessivamente fundamentais na transformação dos recursos: primeiro do carvão, depois do petróleo. Estamos hoje no despertar de uma nova revolução industrial que, esperamos, no plano material se apoiará na valorização dos recursos renováveis..." (SACHS, Ignacy, 1997), exatamente pelo fato de que não existe perfeita substituição dos estoques de capital material e de capital natural, condição necessária para o não estrangulamento do crescimento econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não encontramos razões para negar assertivas do tipo:

- 01 – A renda do bilhão mais rico de pessoas é 150 vezes aquela do bilhão mais pobre;
- 02 – A disparidade de renda entre os 20,0% mais ricos e os 20,0% mais pobre é de 32 vezes maior no Brasil;
- 03 – A exuberância de suas florestas e grande riqueza mineral condicionaram a economia paraense a uma expressiva concentração de grande parte de suas exportações para os mercados internacionais, em produto de caráter basicamente extrativista;
- 04 – Na região, no setor de mineração, o que se faz é a extração e a elaboração da matéria-prima, etapa em que o efeito multiplicador de renda e emprego é baixo em relação ao impacto ambiental;
- 05 – Os rios e oceanos sofrem grande degradação pelas descargas de esgotos residenciais e industriais;
- 06 – O aumento da produtividade agrícola, provavelmente irá aumentar o uso de fertilizantes, pesticidas, com o risco de maior contaminação da água e do solo;
- 07 – O desequilíbrio ambiental está no contexto da manutenção da condição de pobreza e miséria.

E poderíamos continuar citando inúmeras outras assertivas, absolutamente verdadeiras.

A questão, entendo está em saber se a lógica do desenvolvimento humano sustentável se constitui em obstáculo a lógica do desenvolvimento do capital.

Os indicadores, não mais que o normal, registram a contradição própria do desenvolvimento capitalista, em que a criação da riqueza se faz com a construção da pobreza.

A partir deste contexto, se impõe a obrigatoriedade de que o desenvolvimento econômico, mais do que um processo material de apropriação da natureza, é um processo de acumulação do capital.

As estatísticas oficiais – internacionais – registram que os projetos econômicos das economias nacionais subdesenvolvidas, tem pouco, ou "...quase nenhuma contribuição com a degradação do meio ambiente, mas ao contrário, apesar do alardeado compromisso com o meio ambiente, a contribuição das economias desenvolvidas à poluição atmosférica está estimada em torno de 75,0%..." (COSTA, José Marcelino da. , 1997).

Pelo que se observa, a lógica interna da proposta de modernização ecológica, locus do paradigma do desenvolvimento humanos sustentável, apresenta similitudes fantásticas à tese clássica do crescimento econômico – tese do estado estacionário -, precisamente porque ao incorporar "...critérios ambientais na atividade produtiva e na política econômica, implicaria em transformação do modo de produção..." COSTA, José Marcelino da. , 1997) capitalista, e não consigo enxergar as economias desenvolvidas afeitas ao haraquiri.

E não é estranho, o fato de que cerca de 70,0% do valor adicionado nas grandes transnacionais dos países desenvolvidos são produzidos na base nacional dessas empresas.

E não é estranho o fato de que 10,0% a 30,0% da atividade tecnológica das empresas transnacionais acontecem nas subsidiárias em outros países.

E não é estranho o fato de que o processo de globalização econômica esteja sob a égide das economias nacionais desenvolvidas.

E não é estranho o fato de que a globalização impõe um padrão de competitividade de segundo a lógica das grandes tecnologias.

E não é estranho que a globalização resulte na eliminação das fronteiras entre as economias nacionais, tal que a nova ordem econômica mundial se constitui nos interesses das economias externas.

E concordo com o professor José Marcelino, o capital está reconstruindo – do seu jeito - o edifício social, de modo que "...empuxada pelo pólo estruturante do complexo microeletrônico(informática, telecomunicações, automação industrial, software, etc.), e em conjunto com novas tecnologias ou setores difusores do progresso técnico em maturação(bio-tecnologia, novos materiais, energia, exploração dos recursos dos mares e oceanos, técnicas espaciais) e transformações econômicas e ajustes institucionais em curso àquele subordinadas a Terceira Revolução Industrial, vale a pena insistir, pode acicatar nova onda longa de crescimento econômico da economia mundial e substituir o presumidamente esgotado padrão de crescimento econômico..." COSTA, José Marcelino da. , 1997), exatamente o objeto de crítica dos ambientalistas.

Finalmente, acredito que o paradigma tecnológico-econômico de uso intensivo do conhecimento sinaliza com novos atributos para o meio ambiente, em especial pelo fato de que "...o potencial de longo prazo das aplicações do progresso tecnológico em proveito do meio ambiente não é desprezível..." (COSTA, José Marcelino da. , 1997), manifesto nas possibilidades de:

01 – tecnologias para conversão de áreas desertificadas em terras férteis(irrigação no nordeste);

02 – tecnologia para produção de alimentos em par, graças a biotecnologia;

03 – tecnologia para desenvolver produtos que consomem menos energia(refrigeradores que consomem 30,0 % menos energia);

04 – tecnologia de produção de energia pura(energia solar);

05 – e outras dezenas de alternativas.

Diante do contexto acima, está minha reflexão.

Qual critério – de justiça – no sentido de priorizar a geração presente e/ou a geração futura com relação ao atendimento das suas necessidades?

Que instrumentos disponibilizar aos indivíduos sociais no sentido que a atual geração deva imolar-se afim de garantir bem-estar ascendente para os pósteros?

Como fazer a lógica do desenvolvimento do capital está submissa á lógica do desenvolvimento humano?

Respostas, eu não tenho, mas a angústia é o registro da minha insatisfação com o projeto econômico de desenvolvimento que está aí.

BIBLIOGRAFIA

- 01 – COSTA, José Marcelino Monteiro da. Desenvolvimento Sustentável, Globalização e Desenvolvimento Econômico, Belém, UFPa/NAEA, 1997.
- 02 – AMIM, Mário. O Extrativismo como fator de empobrecimento da economia do Estado, Belém, UFPa/NAEA, 1997.
- 03 – MAY, Peter H. (org.) . Economia Ecológica: Aplicações no Brasil, Ed. Campus, 1995
- 04 – MOTTA, Ronaldo Serôa da. Estimativas de depreciação de capital natural no Brasil, in Economia Ecológica: Aplicações no Brasil, Ed. Campus, 1995.
- 05 – SACHS, Ignacy. A revolução duplamente verde, in Idéias, Internet, 1998.
- 06 – SACHS, Ignacy. Globalização e o Consenso de Washington, in Jornal ASEF, Internet, 1998.
- 07 – SACHS, Ignacy. Paradigma do Crescimento Responsável, in Gestão Ambiental, Fascículo 1, pp 2, 20.03.1996.
- 08 – ONU. Relatórios de Desenvolvimento Humano , PNUd, Internet, 1998.

(*) Economista(MS), professor titular de Teoria Macroeconômica no Curso de Ciências Econômicas da Universidade da Amazônia, professor auxiliar de Teoria Macroeconômica no curso de Mestrado em Economia na Universidade da Amazônia, Professor-pesquisador responsável pelo SIEGEP – Sistema de Informações Para Gestão e Planejamento.